



EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS NO PARANÁ: UM OLHAR A PARTIR DO NORTE PIONEIRO PARANAENSE (1926-1971)¹

Vanessa Campos Mariano Ruckstadter²

Resumo

Este texto tem como objetivo analisar o processo de expansão e consolidação das Escolas Normais no Paraná. A pesquisa que resultou nessa análise inventariou a criação de Cursos e Escolas Normais na mesorregião denominada Norte Pioneiro Paranaense. O mapeamento foi feito a partir da documentação consultada nos Núcleos Regionais de Educação (NRE), da legislação estadual, mensagens e relatórios de governo disponíveis no Arquivo Público do Paraná. O levantamento abrangeu a década de 1920 até a década de 1970. O recorte temporal se justifica a partir do primeiro Curso Normal Complementar ofertado na região, na cidade de Jacarezinho, no ano de 1926, e se encerra com a reforma nos cursos de formação de professores como consequência da Lei 5692/71 que instituiu o magistério como curso de formação de professores em nível técnico secundário em todo o Brasil e extinguiu as Escolas Normais. O resultado final foi a elaboração de um “Guia de Fontes para a História da Educação no Norte Pioneiro: Cursos e Escolas Normais (1926-1971)”. Embora existam múltiplas possibilidades metodológicas e de abordagens este texto opta por contextualizar historicamente o movimento de expansão e consolidação da Escola Normal no Norte Pioneiro ao contexto de (re) ocupação da região, que coincide com a expansão do ideário escolanovista no Paraná.

Palavras-chave: História da educação. Escola normal. Escola nova. Norte pioneiro paranaense. Décadas de 1920 a 1970.

EXPANSION AND CONSOLIDATION OF NORMAL SCHOOLS IN PARANÁ: A VIEW FROM THE NORTH PIONEER PARANAENSE (1926-1971)

Abstract

This text has as objective to analyze the expansion and consolidation process of the Normal Schools in Paraná State. The research that resulted on this analysis has inventoried the creation of Courses and Normal Schools on the mesoregion called Pioneer North of Paraná State. The mapping was made by the documentation consulted on the “Núcleos Regionais de Educação” (Regional Nuclei of Education), the state legislation, messages and government reports available on the Public Archive of Paraná. The data survey comprehended from the 1920’s to 1971. The temporal cut is justified from the first Complementary Normal Course offered on the region, in Jacarezinho city, in 1926, and finishes with the reorganization of the teachers formation courses as a consequence of the Law 5692/71 which instituted the “magistério” as a another secondary technical level



teachers formation all over Brazil and extinguished the Normal Schools. The final result was the elaboration of a “Sources’ Guide to the History of Education on the Pioneer North of Paraná State: Courses and Normal School (1926-1971)”. Although there are multiple methodological and approaches possibilities, this text chooses to contextualize historically the movement of expansion and consolidation of the Normal School on the Pioneer North to the context of (re) occupation of the region, which coincides with the expansion of New School ideas in Paraná.

Keywords: History of education. Normal school. New school. Pioneer north of Paraná. 1920’s to 1970’s.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo analisar o processo de expansão e consolidação das Escolas Normais no Paraná a partir de um recorte regional. Para tanto, apresenta os dados do mapeamento das cidades da mesorregião Norte Pioneiro Paranaense onde foram criados Cursos e Escolas Normais entre os anos de 1926 e 1971.

Esse mapeamento foi realizado a partir de dois eixos principais: 1 – consulta, digitalização, leitura e organização dos decretos e leis referentes à criação de cursos e Escolas Normais que compõem o acervo do Arquivo Público do Estado do Paraná; 2 – consulta, download, leitura e organização dos históricos disponibilizados nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas e Colégios Estaduais de todos os 46 municípios que compõem a mesorregião Norte Pioneiro Paranaense. Tal consulta foi realizada junto aos Núcleos Regionais de Educação (NREs) de Jacarezinho, Cornélio Procópio, Ibaiti, Wenceslau Braz e Telêmaco Borba³.

O marco temporal inicial da pesquisa era o ano de 1938, a partir da construção da primeira Escola Normal em Jacarezinho, cidade mais populosa da região naquele contexto. Em 1971, marco final da pesquisa, foi extinta a Escola Normal e instituído o ensino técnico para a formação de professores, o magistério, a partir da Lei Federal 5692/71. O recorte temporal se constitui em um recurso importante de pesquisa, em contrapartida, não deve provocar um engessamento no levantamento de fontes. Assim, ao ler relatórios e mensagens de governo em período anterior ao delimitado, mais especificamente das décadas de 1920 e 1930, foi possível identificar a criação de um Curso Normal Complementar em 1926, bem como o registro de exames finais no ano de 1927, na cidade de Jacarezinho. (PARANÁ, 1924-1928).

Algumas questões nortearam o inventário: qual o papel do Estado na criação dessas escolas no contexto de (re) ocupação da região⁴? Como se relacionam com o contexto educacional paranaense? Partiu-se da hipótese de que a criação dessas escolas, mais que formar professores, tiveram papel importante no projeto do Estado de construção de uma memória cívica e do discurso do “pioneiro”, que são concomitantes ao discurso nacional



que compreendia a educação em seu papel redentor e de reorganização da sociedade, e, consequentemente, que promoveria o progresso, o desenvolvimento e a modernidade.

Embora existam múltiplas possibilidades metodológicas e de abordagens para analisar a educação, este texto opta por contextualizar historicamente o movimento de expansão e consolidação da Escola Normal no Norte Pioneiro ao contexto de (re) ocupação da região, que coincide com a expansão do ideário escolanovista no Paraná.

Para essa análise em uma perspectiva histórica, além da produção historiográfica acerca da formação de professores, foram considerados leis, decretos, regulamentos e códigos de ensino, mensagens e relatórios de governo como fontes documentais. As fontes não falam por si mesmas, e é preciso considerar o caráter oficial desse conjunto de documentos. Dessa forma, precisam ser indagadas e contextualizadas. Ao serem indagadas elas podem dimensionar como uma época concebia a educação e a formação de seus professores a partir da perspectiva daqueles que possuíam a hegemonia política, ou seja, do Estado e dos poderes econômicos e sociais por ele representados.

De modo amplo, a legislação educacional contextualizada permite conhecer concepções de mundo e projetos hegemônicos de educação em determinada época. Não se desconsidera, contudo, a existência de diferentes projetos em disputa, que podem e devem ser analisados em futuras pesquisas. Enfim, essa legislação e documentação oficial auxilia na compreensão “[...] das expectativas e interesses dos governantes em relação a esse profissional”. (MIGUEL, 2008b, p. 146).

Assim, o recorte para esta discussão será o papel do Estado na elaboração de um projeto republicano liberal de valorização da educação em seu potencial civilizador e na construção de uma memória cívica. O enfoque será para a política de formação de professores no estado do Paraná no movimento da Escola Nova e a expansão desse ideário com a criação de Cursos e Escolas Normais em toda a região do Norte Pioneiro no contexto do nacional-desenvolvimentismo até a sua extinção em 1971. Entende-se, aqui, o Estado “[...] como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.)”. (GRAMSCI, 2011, p. 267).

Esta discussão parte da premissa de que todo projeto de educação é antes um projeto de sociedade. A partir da perspectiva da ação do Estado se pode compreender a sistematização da educação escolar no Paraná, de modo mais amplo, mas também a necessidade de formar professores para atuar nessas escolas.

Antes de iniciar a análise proposta, contudo, faz-se necessário esclarecer mais três questões de ordem teórico-metodológica: 1 – abrangência do recorte temporal; 2 – movimento escolanovista; 3 – opção pelo recorte regional.

O período proposto para o mapeamento é abrangente e seria pretensão propor a análise dos projetos em disputa e do amplo contexto econômico e político nacional e



internacional que envolve a formação de professores. Nesse sentido, optou-se por balizar a análise a partir de três periodizações que contemplam questões internas à educação, e relacioná-las sempre que possível a esse amplo contexto.

Primeiro, no que concerne às ideias pedagógicas, o amplo recorte proposto se insere no período que Saviani (2007) definiu como segundo e terceiro períodos das ideias pedagógicas no Brasil: 1759 a 1932: marcado pela coexistência das ideias da vertente religiosa e leiga de uma pedagogia tradicional; e o período de 1932 a 1969: marcado pela predominância da Pedagogia da Escola Nova.

A segunda proposta de recorte temporal é aquela elaborada pela professora Leonor Maria Tanuri (2000) no que se refere à formação de professores no contexto nacional. A autora elenca quatro momentos: 01 – as *primeiras iniciativas* no século XIX com a criação das Escolas Normais; 02 – a *expansão e consolidação* das Escolas Normais nos primeiros anos da República; 03 – a *definição do modelo* da Escola Normal a partir das reformas em São Paulo e Distrito Federal promovidas pelos renovadores da educação; 04 – a *descaracterização do modelo* com a extinção da Escola Normal a partir da reorganização do ensino decorrente da Lei 5692 de 1971.

De modo ainda mais específico, consideraremos a apresentação do inventário a partir da divisão proposta pela professora Maria Elizabeth Blanck Miguel (2011, p. 121-122), que considera no século XX a criação de Escolas Normais no Paraná a partir da influência das ideias da Pedagogia da Escola Nova em três momentos: o início, a consolidação e a expansão do ideário, assim exemplificados:

[...] o início, caracterizado pela reorganização e sistematização da educação existente, bem como a introdução do ideário da Escola Nova (1920-1938); a consolidação, por meio de uma experiência única realizada na Escola de Professores de Curitiba, de 1938 a 1946, e após, sua expansão, acompanhando as escolas que se multiplicaram pelo território paranaense impulsionadas pelo desenvolvimento do estado (1946-1961).

Em segundo lugar, ao utilizar os termos discurso escolanovista, movimento renovador, movimento da Escola Nova, ou afins, não se desconsidera a pluralidade de visões, bem como os diferentes projetos em disputa no período recortado, e já amplamente analisados em diferentes perspectivas. (CARVALHO, 2011a; CARVALHO, 2011b; NAGLE, 2009; SAVIANI, 2007; VIDAL, 2011). Como o foco é a discussão da repercussão das reformas inspiradas pelo movimento no Paraná na formação de professores, não há o aprofundamento na discussão dos embates, por exemplo, com os católicos, além da apropriação do ideário escolanovista por educadores católicos, que levou a uma espécie de Escola Nova católica. (SAVIANI, 2007)⁵.

Do ponto de vista geográfico esta pesquisa delimitou como recorte o Norte Pioneiro Paranaense. Entende-se que os estudos sobre a história local e regional podem ser realizados a partir de uma perspectiva de análise ampla que considere as relações entre os homens em uma perspectiva dialética.



[...] a partir de uma mesma orientação teórico-metodológica, pode-se pesquisar a história da educação local, regional ou nacional. No entanto, não é incomum o entendimento de que tal ou qual perspectiva teórico-metodológica valoriza os estudos locais, ao passo que outra não os valoriza. (SAVIANI, 2012, p. 18-19).

Olhar para o micro ou para o macro é uma questão de definição de objeto, não necessariamente de método, e optar por olhar para o mundo a partir do microscópio não significa rejeitar e considerar antiquados os telescópios. (HOBSBAWM, 1998). Dessa maneira, essa pesquisa parte da história regional, especificamente do Norte Pioneiro Paranaense, mas a insere em um contexto mais amplo.

Pesquisas que considerem a história regional e local para compreender as instituições escolares são necessárias nesse processo de reconstrução de uma memória coletiva e individual que confira identidade com base nas especificidades de cada localidade, bem como a partir dos mais variados sujeitos dessa história.

O abuso ideológico mais comum na construção da narrativa histórica são as análises anacrônicas, mais do que propriamente narrativas inventadas. O problema é que se torna difícil combater essa visão, que muitas vezes acaba predominando na memória coletiva, especialmente porque essa história é ensinada nas escolas e escrita nos manuais didáticos. São essas análises que levam a um tipo de pensamento de superioridade, e é esse pensamento que a universidade deve combater ao produzir estudos sistematizados. (HOBSBAWM, 1998).

É preciso considerar que a memória coletiva é construída no interior de instituições, majoritariamente ligadas ao Estado, e dessa forma, se converte em um instrumento de manutenção do poder. Alguns sentidos atribuídos a essa memória coletiva e as ações que derivam deles devem ser “[...] ‘retirados’, ‘atualizados’ e ‘reconstruídos’”. (CASTANHO, 2010, p. 59).

Para pensar essa construção da memória coletiva acerca do pioneiro no contexto de formação de professores no Norte Pioneiro, considera-se que a tradição não é entidade abstrata: pensamos de uma forma a história porque assim nos ensinaram, e “[...] é o que as pessoas aprenderam de padres, professores, autores de livros de história e compiladores de artigos para revistas e programas de televisão”. (HOBSBAWM, 1998, p. 20).

A história muitas vezes se apresenta como modelo para o presente ou mesmo como nostalgia. É o problema do passado tanto como genealogia quanto como cronologia. No caso dos estudos sobre a região em específico não é incomum encontrar estudos memorialistas, que enfatizam e enaltecem a atuação dos pioneiros na construção da região e do próprio estado do Paraná, inclusive sua participação na fundação de escolas, conforme podemos ver em um documentário-propaganda dos anos 1940 sobre a cidade de Jacarezinho, por exemplo, ou no texto do professor Thomaz Aimone (1991) sobre o Ginásio Rui Barbosa da cidade de Jacarezinho. Ao historiador cabe retirar ou levantar essas vendas, pois a história escrita tanto como inspiração quanto como ideologia carregam em si uma propensão à criação de um “[...] mito de autojustificação”. (HOBSBAWM, 1998, p. 48).



Desse modo, apesar do recorte local e regional, esta pesquisa adotou a região Norte Pioneiro como recorte espacial de nosso objeto, o que não interfere no método a ser adotado. Assim, o olhar lançado para a elaboração do inventário está relacionado a uma visão mais profunda sobre o sentido de local e regional, que articule dialeticamente os âmbitos sociais, econômicos, culturais e educacionais com os cenários nacional e internacional. Esse cuidado em não isolar a região se insere em uma preocupação de respeitar a diversidade, e a melhor maneira de fazer isso é relacioná-la ao todo. O isolamento só reforça e degenera “[...] a diversidade em desigualdade, cristalizando-a pela manutenção das deficiências locais”. (SAVIANI, 2012, p. 26). Considera-se, portanto, que o local, o regional e o nacional não são opostos e excludentes e os estudos locais e regionais são importantes para compreender a educação de modo concreto.

TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL NO PARANÁ NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS

A sistematização da educação escolar e a necessidade de formar professores advinda dela fizeram parte do projeto republicano de construção da nação e movimentaram o debate educacional nacional no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A instrução popular passou a integrar o projeto político de uma elite dirigente na Primeira República e as reformas educacionais como parte deste projeto, promovidas em São Paulo e no Distrito Federal, ecoaram nas demais unidades federativas.

Essa mesma preocupação pode ser percebida nos primeiros anos da República no Paraná, e a elaboração de políticas públicas para organizar a educação no estado foi precedida de intensos debates e contradições. (CURY; MACHADO, 2013; WACHOWICZ, 1984).

No período republicano foram muitas as tentativas em organizar, ao menos no que se refere à formalização com a elaboração de leis, a educação no Paraná. Foram aprovados e elaborados diversos regulamentos na tentativa de sistematizar a educação nos parâmetros de um ideal iluminista republicano, que contemplava a expansão da instrução às camadas populares em seu potencial civilizador. Entretanto, essa preocupação expressa na legislação não significou a existência de medidas mais concretas. (MIGUEL 2008a; WACHOWICZ, 1984).

O período denominado de Primeira República ou República Velha (1889-1930) foi marcado pelo poder das oligarquias regionais de Minas Gerais e São Paulo e pelo coronelismo em uma política que ficou conhecida como café-com-leite. Apesar de mudanças significativas do que concerne às relações de trabalho com a abolição da escravidão e a chegada de imigrantes, as oligarquias locais e regionais exerciam forte pressão e direção nas ações do Estado. Foi um momento de “[...] estreitamento das relações brasileiras com o grande capital e que favoreceu os interesses de uma elite agrária em detrimento de uma industrialização no país”. (MONTEIRO, 1990, p. 305).



Com o deslocamento do eixo econômico do país do Nordeste para o sudeste, da exportação da cana de açúcar para o café, São Paulo passou a exercer pressão política no governo central devido ao seu destaque econômico e, assim, tinha recursos e possibilidades de investir na organização da estrutura educacional. (OLIVEIRA, 2001).

O modelo paulista foi o ponto de partida para as reformas na educação no Paraná. Todavia, a distância entre as medidas “[...] inapropriadas à realidade socioeconômica, evidenciaram o grau de distanciamento entre o que se pretendia fazer e o que se podia fazer”. (OLIVEIRA, 2001, p. 145).

Essa sistematização, ou pelo menos o interesse do governo do estado em direcionar seus esforços na tentativa de organização da educação escolar nas primeiras décadas da República, recebeu a influência dos modelos da Europa e dos Estados Unidos. Algumas mudanças introduzidas inspiradas por esses modelos foram o ensino seriado, a criação de níveis de ensino e a divisão da escola em primária em simples e intermediária. (OLIVEIRA, 2001).

Há que se ressaltar a intensa crença, sobretudo a partir da influência tanto das ideias positivistas quanto liberais e democráticas, do poder regenerador da escola e seu potencial para formar o sentimento cívico e patriótico a fim de despertar um nacionalismo.

Nesse momento, era necessária uma instrução primária que formasse o cidadão para o voto, para o exercício da cidadania e para a guerra. Desse modo, a escola e o professor deveriam ser os responsáveis por uma educação cívica e que formasse para a vida na cidade. Essa crença se fortaleceu, sobretudo, após a Primeira Guerra Mundial. (OLIVEIRA, 2001; TANURI, 2000).

No segundo decênio do século XX, a partir do modelo paulista, iniciaram-se as reformas no estado do Paraná⁶. O contexto de “[...] entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico” ampliaram os debates sobre a educação e a formação de professores. (NAGLE, 2009, p. 113). Havia um consenso entre os intelectuais que se dedicavam em avaliar a República e pensar o Brasil nesse contexto de considerar que havia uma “dívida republicana”, e de considerar a educação como solução para os problemas que identificavam. O chamado entusiasmo pela educação, assim, sintetizava as expectativas de modernização social e controle, que culminou em um discurso nacionalista, muito presente no período. O principal objetivo da educação deveria ser moldar o povo. (CARVALHO, 1989). Educar, mais que instruir, deveria levar à disciplina social, das virtudes nacionais que formassem um sentimento patriótico. (SOUZA, 2004).

O processo de sistematização do campo educacional foi impulsionado pelo movimento renovador nos anos de 1920. Com a defesa e organização de uma educação popular houve a expansão do número de escolas isoladas para conseguir atender a tal objetivo. Essa ampliação, por sua vez, exigia a profissionalização dos professores a partir de uma formação específica que alcançou estabilidade no século XX. (SAVIANI, 2008).



Na década de 1920, o Paraná passou a considerar o ensino com base em um sistema e o professor a partir da relação entre patrão e empregado. A qualificação técnica do trabalho do professor passou a ser entendida como solução aos problemas de ensino. (WACHOWICZ, 1984).

O modelo de formação de professores nas Escolas Normais vinha do século anterior. Nesse contexto, as Escolas Normais podem ser consideradas como “[...] ensaios rudimentares e mal sucedidos”. (TANURI, 2000, p. 66). No final do século diversos projetos apresentados às vésperas da República indicam uma maior preocupação do governo central, ao menos no papel, em criar e manter Escolas Normais imbuídos pelo ideário das luzes.

A partir dos debates promovidos por intelectuais e educadores em uma perspectiva de renovação da educação foram evidenciadas as principais críticas à formação de professores nas Escolas Normais. Surgiram muitas propostas de reformulação no conteúdo dessas escolas, iniciadas no Distrito Federal e São Paulo, e que logo inspiraram reformas em diversas unidades federativas. (CARVALHO, 2011b; SAVIANI, 2008).

Algumas das principais críticas recaíam, sobretudo, ao programa dessas escolas, com currículos que não ultrapassavam muito os conteúdos das escolas primárias, bem como o modelo híbrido desses cursos que formavam tanto para uma cultura geral quanto profissional. (MIGUEL, 2008a; SAVIANI, 2008; TANURI, 2000).

Com as reformas iniciadas em São Paulo, uma comissão de professores paranaenses foi enviada nos anos de 1918 e 1919 para conhecer essas mudanças. A educação passava a ser entendida como uma questão de Estado e de seus especialistas. Nesse contexto, Cesar Prieto Martinez (1881-1934), professor da Escola Normal de Pirassununga⁷, aceitou o convite para atuar como Inspetor Geral de Ensino na reestruturação da educação no estado. (MIGUEL, 2011).

A organização do ensino no Paraná estava regulamentada pelo código de ensino de 1917, que pouco alterou a estrutura do código anterior, de 1915. Nele há a marca da dualidade no ensino secundário: o Ginásio, destinado aos rapazes, possibilitava o acesso ao ensino superior. Já a Escola Normal, com importância restrita ao nível regional e destinada preferencialmente às moças, não oferecia a mesma possibilidade de ingresso às faculdades. (OLIVEIRA, 2001). O código também previa a criação de escolas intermediárias entre o primário e o secundário, com duração de dois anos “[...] destinadas a habilitar alunos para a matrícula no Ginásio e na Escola Normal”. (PARANÁ, 1917, p. 49)⁸.

A primeira etapa da reforma proposta por Martinez foi no ensino primário. Ela incluía, entre outras propostas, a de reinstalar escolas nos lugares onde houvesse maior número de população escolar, uniformizar os livros didáticos utilizados e priorizar a alfabetização. Sua principal ideia norteadora era a da escolarização como motor para o progresso. (PARANÁ, 1920).



Para a Escola Normal, Martinez propôs, além da separação do Ginásio Paranaense, uma reforma curricular do curso preparatório para o ingresso. Mas a medida mais significativa que evidencia a influência da pedagogia nova foi a criação do Grupo anexo à Escola Normal como escola de aplicação para os futuros professores.

Essa reforma preparou a consolidação da Escola Normal nos períodos precedentes e foi, sobretudo, marcada pelo novo prédio inaugurado em 07 de setembro de 1922, que recebeu o nome de Palácio da Instrução, denotando a valorização da educação enquanto mola propulsora do caráter nacional [...]. (MIGUEL, 2011, p. 123-124).

Martinez enfatizava a necessidade em modificar o programa da Escola Normal, sobretudo no que se referia às “[...] cadeiras de Pedagogia”. (PARANÁ, 1920, p. 15). Destacou a construção do novo prédio e a importância das escolas anexas à Escola Normal como modelo para a organização dos grupos escolares de todo o estado. (PARANÁ, 1920)

Na ocasião da reforma, havia apenas a Escola Normal de Curitiba, criada em 1876. O inspetor ressaltou a importância de ampliação da formação e, reconhecia que, apesar de o ideal ser a atuação de professores primários formados pela Escola Normal, o estado não oferecia condições para tanto. Por essa razão, sugeriu a criação de mais duas Escolas Normais em Ponta Grossa e em Paranaguá. (PARANÁ, 1920).

Apesar de iniciada por Martinez, foi a partir da atuação de Lysimaco Ferreira da Costa (1883-1941) que a Escola Normal no Paraná se transformou em Escola Normal Secundária a partir de 1923. Promoveu a sua reforma a partir de sua atuação como diretor do chamado Palácio da Instrução em Curitiba. Marcada já pela mudança de prédio, a escola de formação de professores da capital do estado “[...] indicava a nova conotação que o governo imprimia à formação de professores, enquanto modo de instruí-los para que educasse (e formassem) o povo, dentro dos princípios republicanos de progresso inseridos na ordem estabelecida”. (MIGUEL, 2011, p. 124).

A proposta de reforma de Costa se concretizou a partir de um esforço do governo estadual, mas representava um projeto da elite. Nesse projeto a ampliação da educação popular no Paraná estava atrelada a um projeto de diminuição da pobreza. (MIGUEL, 2011).

Outro ponto da reforma era a preparação dos alunos para o mundo do trabalho. A ampliação da proposta de alfabetização, acrescida da educação moral e cívica, bem como os trabalhos manuais, para combater o analfabetismo, disciplinar para os trabalhos e transformara indolência do povo em uma atividade produtiva. (COSTA, 1995).

Para que tudo isso se concretizasse como projeto de Estado, entretanto, era necessário formar esse professor imbuído desse ideal de progresso e formação cívica, ou ainda, de educador do povo. Na proposta de Costa era preferível que houvesse poucas e boas escolas do que muitas de má qualidade. (MIGUEL, 2011).



Lysimaco Ferreira da Costa, ao propor a reforma para a Escola Normal se dirigia às mulheres. Para ele, “Ninguém mais apto que a mulher para o exercício de tão nobres misteres e a formação de nossas mulheres mestras deve ser o objetivo primordial das nossas Escolas Normais”. (COSTA, 1995, p. 130). A procura pela Escola Normal, destinada apenas a homens em sua concepção inicial no século XIX, já havia passado no Paraná por um processo de feminização, especialmente após a criação da Universidade Federal do Paraná em 1912. (MIGUEL, 2011).

Essa reestruturação da instrução pública no Paraná se insere em uma “[...] fase que se segue à Primeira Guerra e se prologa por toda a década de 1920 [...]”, em um contexto nacional de “[...] preocupação e entusiasmo pela problemática educacional em âmbito internacional e nacional”. (TANURI, 2000, p. 70).

As reformas estaduais, tanto no ensino primário quanto no ensino normal, rumaram para consolidar uma formação cada vez mais direcionada para a formação técnica e profissional do professor. Houve a consolidação e ampliação de cursos elementares como preparatório para o ingresso no ensino normal, o que levou a uma divisão em dois ciclos para a formação de professores. Essa mesma direção pode se percebida na reforma paranaense. A proposta era a de uma formação em quatro anos e meio. Nos três primeiros anos uma formação geral e um curso especial com duração de um ano e meio. (COSTA, 1995).

Sobre a questão profissional predomina a visão da atuação do professor como sacerdócio. Era preciso aliar a formação científica ao amor à profissão: “O bom educador, o educador completo, aquele que tem mais probabilidades de vencer é o que alia ambos os elementos: a ciência e o gosto por ensinar”. (PARANÁ, 1920, p. 21). Em suas “Bases Educativas para a Organização da Nova Escola Normal do Paraná” assinala que “[...] o exercício do magistério, todos sabem, não dá para fazer fortuna”. (COSTA, 1995, p. 130).

Considerava o patriotismo e a colaboração com a comunidade aspectos importantes na atuação do professor primário. Defendia uma formação pautada na boa conduta, no respeito à lei e às autoridades, assim como às instituições: “O professor primário não deve fazer do exercício do seu cargo um mero ofício para se viver; precisa por, acima das funções que exerce, um pouco de alma patriótica e de sentimentos nobres em favor de seus irmãos [...]”. (COSTA, 1995, p. 130).

As mudanças por ele promovidas em Curitiba incluem a substituição de livres-pensadores do Ginásio Paranaense por normalistas recém-formadas, a defesa da indicação de professores para a Escola Normal em detrimento da realização de concursos o que, para ele, garantiria sua submissão ao diretor e ao Estado. (MIGUEL, 2011).

O programa do curso normal tinha o intuito de formar e disciplinar o homem para o trabalho, bem como, indicavam a preocupação com a educação do homem do campo.

A reforma empreendida por Lysímaco Ferreira da Costa na Escola Normal de Curitiba [...] representou a introdução dos normalistas em uma formação



sistemática, racionalizadora e com objetivos bem específicos: o professor era, na ótica do governo, seu funcionário e mediador da educação disciplinadora do povo, principalmente do habitante das zonas rurais. Enquanto disciplinador e formador tinha também ele que ser obediente à voz do Estado. (MIGUEL, 2011, p. 128).

Em síntese, no movimento inicial de influência das ideias da Escola Nova no Paraná, coincidente com o momento nacional de *expansão e consolidação* das Escolas Normais nos primeiros anos da República (MIGUEL, 2011; TANURI, 2000) houve uma política de estado no sentido de criar e indicar a necessidade de ampliação de sua presença nas novas regiões (re) ocupadas no estado do Paraná a partir da preocupação em fundar escolas para formação de professores.

A partir desse projeto de expansão foi criado o primeiro Curso Normal Complementar no Norte Pioneiro Paranaense. Em mensagem ao Congresso Legislativo no ano de 1926, o então presidente do estado Caetano Munhoz da Rocha (1879-1944) indica a necessidade de formar professores no Norte do Paraná. Para atrair professores e compensar as duras condições de vida criou uma gratificação aos professores interessados em atuar na região. Os poucos professores existentes não possuíam mais que o curso primário. Dessa forma, anuncia a criação, em caráter emergencial, da Escola Normal Complementar. Se no código de ensino de 1923 o regulamento previa para as escolas intermediárias a duração de dois anos, devido ao caráter provisório e emergencial, essas escolas teriam duração de um ano. Seu programa seria assim distribuído: pela manhã seria ministrado o aperfeiçoamento nas matérias de Português, Aritmética, Geografia, História, Moral e Educação Cívica e Noções teóricas de Pedagogia; o período da tarde seria destinado ao Ensino Prático no modelo de Escola de Aplicação. Esses cursos deveriam ter a sede no Grupo Escolar. Essa previsão parece uma solução imediata para formar os professores e, ao mesmo tempo, suprir com a Prática de Ensino em um período a falta de professores, uma vez que essas escolas deveriam ser sediadas nos Grupos Escolares. Deveriam funcionar até quando fosse necessário formar professores para a localidade e depois poderiam ser extintas ou transferidas para outro município. (PARANÁ, 1926).

No relatório sobre a instrução pública no período de 1924 a 1928, Caetano Munhoz da Rocha (1879-1944) noticiou o funcionamento da Escola Normal Complementar em dois municípios do estado: Jacarezinho e Guarapuava. Apresentou o número de alunos formados e o registro de exames finais no final do ano letivo de 1927, bem como a realização de concurso no início de 1928. (PARANÁ, 1924-1928).

O relatório apresentava os resultados dos exames naquele período da Escola Normal Complementar de Jacarezinho: “[...] a matrícula foi de 25 alunos; destes 16 submeteram-se aos exames deixando de comparecer 9. Dos examinados 10 foram aprovados e 6 reprovados”. (PARANÁ, 1924-1928, p. 08). Na sequência, destacou que as candidatas (o que nos indica que todas eram mulheres) seriam nomeadas professoras em caráter efetivo, não apenas na cidade como também em municípios da região. No mesmo relatório destacou a necessidade de criar mais duas Escolas Normais: uma no norte e outra no oeste do estado. A primeira Escola Normal da região Norte Pioneiro foi criada mais de uma década depois da indicação da necessidade no relatório, no ano de 1938.



No decênio de 1920 a 1929, a Escola Normal Complementar de Jacarezinho contou com 6 professores: 2 normalistas de 1ª classe, 1 de normalista de 2ª classe, 1 efetivo de 1ª classe e 1 provisória, exonerada em 13/11 sem indicação de ano. (PARANÁ, 1930). No ano letivo de 1927 foram realizados os primeiros exames finais das duas Escolas Normais Complementares de Jacarezinho e Guarapuava. Percebemos nos dados apresentados um alto índice de evasão e reprovação nesse nível intermediário de ensino. No caso de Jacarezinho, dos 25 matriculados, apenas 16 submeteram-se aos exames, e, dentre os examinados, apenas 6 conseguiram aprovação. Interessante notar, contudo, que todos aqueles que conseguiram aprovação já estavam devidamente nomeados como professores efetivos e atuando em Jacarezinho e na região. (PARANÁ, 1924-1928).

Apesar de haver no relatório a indicação do aumento da população escolar em todo o Paraná, bem como a criação de mais unidades escolares, destacou que a Escolas Normais e as Normais Complementares não tinham formado professores suficientes diante da demanda. Registra a realização de concurso para professores na cidade de Jacarezinho em fevereiro de 1928. O relatório indicou outros dois concursos ocorridos na capital em julho de 1928 e janeiro de 1929. Não noticiou concurso em outra cidade do Paraná. Em Jacarezinho foram 15 aprovados dentre os 27 inscritos. (PARANÁ, 1924-1928).

Mas por que a preocupação em criar mais escolas na região Norte Pioneiro, e, de modo específico, escolas para formar professores? O papel dos Cursos e Escolas Normais não se restringiam à formação técnica e à qualificação de professores, mas sim são peças fundamentais na construção de uma memória cívica. Os professores foram instrumentos no projeto de normatizar todos aqueles considerados marginalizados, na tarefa de construir hábitos e valores que cooperassem para uma organização social sem conflitos. Em uma região que atraía cada vez mais migrantes e imigrantes, era necessária presença do Estado nos núcleos populacionais que surgiam na região acompanhando o desenvolvimento econômico.

Assim, na década de 1920 foi mapeada a existência de apenas um curso de formação de professores no Norte Pioneiro, em caráter complementar e emergencial, e que tinha entre seus matriculados apenas mulheres. No que se refere ao quadro de escolas para formação de professores, no final da Primeira República em todo o Estado do Paraná funcionavam duas Escolas Normais Primárias, uma em Paranaguá e outra em Ponta Grossa, uma Escola Normal Secundária na capital, já separada do Ginásio e funcionando em prédio próprio, e as duas Escolas Normais Complementares em Jacarezinho e Guarapuava. (PARANÁ, 1924-1928; PARANÁ, 1926).

A partir da Revolução de 1930 houve um intenso movimento no sentido de centralizar e organizar a educação nacionalmente. Foi um momento marcado politicamente pela disputa e controle do Estado, ainda pelas oligarquias, e que levou a uma ação estatal por parte do governo de Getúlio Vargas (1882-1954) no sentido de centralização e nacionalização do poder decisório em sobreposição ao regionalismo. (MENDONÇA, 1990).



Nas décadas seguintes, impulsionada pela política nacionalista, a preocupação com a formação de professores no Norte Pioneiro fez parte do projeto político do governo do estado. A região foi grande polo de atração de migrantes, imigrantes, profissionais liberais e trabalhadores agrícolas, especialmente nas décadas de 1930 a 1950 a partir da expansão cafeeira. (WACHOWICZ, 1987).

Temos assim, políticas públicas preocupadas em organizar e sistematizar a educação primária em todo o Paraná, mas, em especial, nos novos núcleos de povoamento. Isso incluía os núcleos ao norte do estado. Tal sistematização acompanhava a ideia de formação dessa memória cívica coletiva a partir não apenas de disciplinas específicas como educação moral, mas também a partir da disciplina nas aulas de ginástica e na apresentação das atividades das escolas em datas cívicas a toda a cidade.

Em mensagem à Assembleia Legislativa do Paraná do então governador do estado do Paraná, Manoel Ribas (1873-1946)⁹, no ano de 1936, é possível perceber um projeto no qual a valorização da educação seria o elemento para consolidar a democracia republicana. Iniciou seu discurso sobre a educação no estado enfatizando que: “O Governo, acompanhando de perto os modernos processos pedagógicos e certo que o desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais da criança, deve constituir uma das maiores preocupações da Administração Pública [...]”. (PARANÁ, 1936, p. 45).

Destacou o papel das “[...] escolas como campo para prática da democracia”. (PARANÁ, 1936, p. 45).

A mensagem de governo de 1936 apontou um plano de ampliação no que concerne à formação de professores no Paraná: “Para maior facilidade de ensino, e para descongestionar as Escolas Normais existentes, o Governo cogita a criação de mais 2, 1 em Guarapuava e outra em Jacarezinho [...]”. (PARANÁ, 1936, p. 46).

A construção de prédios escolares era entendida como sinônimo de modernidade: “Tenho dedicado especial interesse na construção de prédios escolares. [...] A Escola Normal de Jacarezinho, cuja construção está em véspera de acabamento, será, dentre em pouco, o mais moderno e aperfeiçoado estabelecimento de ensino secundário do Estado”. (PARANÁ, 1937, p. 78).



Figura 01 – Etapas da construção do prédio¹⁰.
Fonte: HISTEDBR, 2014.

A criação de uma Escola Normal na cidade faz parte do contexto de ampliação do ideário da Escola Nova no estado do Paraná, bem como de definição do modelo da Escola Normal a partir de novas reformas em São Paulo e no Distrito Federal. (MIGUEL, 2011; TANURI, 2000).

No Paraná essas novas mudanças na Escola Normal aconteceram a partir da atuação de Erasmo Piloto (1910-1992), primeiro na direção de duas seções do Instituto de Educação de Curitiba, depois como Secretário de Educação e Cultura. A partir de sua ação o ideário da Escola Nova se expandiu para além da capital e de suas escolas, consideradas verdadeiros laboratórios e celeiros para a Pedagogia da Escola Nova. (MIGUEL, 2008b). A introdução das ideias do movimento escolanovista na legislação escolar após amplo debate mediante conferências e publicações na década de 1930 resultou em “[...] novas e significativas remodelações no âmbito da escola normal [...]”. (TANURI, 2000, p. 72).

No contexto, a reestruturação das Escolas Normais veio a partir do modelo proposto por Anísio Teixeira (1900-1971). Para ele, os cursos deveriam seguir 3 eixos, composta de cursos de fundamentos profissionais, cursos de conteúdo profissional e cursos de integração profissional: “[...] a Escola Normal, agora transformada em Escola de Professores, empenhou-se em pôr em prática o modelo proposto por Anísio Teixeira”. (SAVIANI, 2008, p. 33). A Escola de Professores, além da formação do professor primário a partir desse triplo eixo, seria um espaço de formação continuada, responsável por oferecer cursos para diretores e inspetores, além de promover pesquisas e investigações acerca da educação escolar.

O decreto n. 6150, de 10 de janeiro de 1938 transformou as Escolas Normais no Paraná em Escolas de Professores a partir da fusão das Escolas Normais de Curitiba e de Ponta Grossa aos respectivos Ginásios Estaduais de cada município. (PARANÁ, 1938a).



Nesse mesmo ano, foi inaugurado o prédio do Ginásio de Jacarezinho, onde passou a funcionar também a Escola Normal. (PARANÁ, 1938b).

As Escolas de Professores funcionaram no Paraná entre os anos de 1938 e 1946. Esse modelo de formação chegou até o Norte Pioneiro. No dia 1º de fevereiro do ano de 1943, no salão nobre do Ginásio Rui Barbosa, realizou-se o ato solene de instalação da Escola de Professores, criada pelo Governo do estado do Paraná pelo decreto nº 1.514 de 12 de janeiro de 1943. Na sessão estavam presentes o Diretor do Colégio Rui Barbosa, Guido Arzua, o então prefeito João de Aguiar e parte do corpo docente. (PARANÁ, 1943).

A proposta da Escola de Professores de Curitiba trouxe novas idéias, ao menos para o contexto educacional paranaense; nesse sentido funcionou como um celeiro, principalmente porque tais idéias espalharam-se pelo seu território. Mas funcionou também como laboratório do ideário da Pedagogia da Escola Nova, uma vez que os princípios, a metodologia e as técnicas foram ali implantadas. (MIGUEL, 2008b, p. 159).

Nos anos de 1940 aconteceu nova reorganização do Ensino a partir de um conjunto de reformas idealizado pelo ministro da Educação de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, que ficou conhecido como Leis Orgânicas.

A Lei Orgânica do Ensino Normal nº 3530 de 1946, reorganiza o ensino normal no país. Em 28 de janeiro de 1947 as Escolas de Professores então existentes no estado voltaram a ser denominadas Escolas Normais, com exceção da Escola de Professores da capital, renomeada como Instituto de Educação. A lei menciona ainda as Escolas de Professores de Paranaguá, Ponta Grossa, Jacarezinho e Londrina. (PARANÁ, 1947).

A lei orgânica manteve a dualidade na formação de professores. Em nível primário, a Escola Normal formaria o regente de ensino primário, e em nível secundário (ginásial), formaria o professor de ensino primário. Essa dualidade expressava as diferenças culturais e econômicas no vasto território nacional, que se manifestava também no território paranaense. Pela lei, os Cursos Normais Regionais formaria regentes nos lugares onde ainda não houvesse professores formados. Já o curso normal Secundário seria articulado ao ginásio e formaria o professor primário. (BRASIL, 1946).

Em 1949 Erasmo Pilotto assumiu a Secretaria de Educação e Cultura. (PILOTTO, 1954). Nesse contexto o norte do Paraná atraía cada vez mais migrantes e imigrantes e fortalecia a produção de café, e que paulatinamente se direcionava mais ao Norte, na região de Londrina. Uma das principais preocupações expressas por Pilotto era aquela relativa à falta de professores nessa região. Havia nesse momento apenas quatro Escolas Normais além do Instituto de Educação na capital: Paranaguá, Ponta Grossa, Jacarezinho e Londrina. Pilotto considerava essa quantidade de escolas suficientes para formar professores para todo o estado. Porém, relata que a maioria se fixava na capital ou em cidades com mais condições de acesso. (PILOTTO, 1954).

Como solução para esse impasse, Pilotto, seguindo o modelo mexicano¹¹, propõe um projeto de interiorização para a formação de professores com a criação de Cursos



Normais Regionais. Um dos objetivos seria a elevação cultural do homem do campo. O professor deveria ser o instrumento do Estado nessa tarefa, sobretudo pelo movimento de criação de núcleos urbanos. “Esse modelo de formação de professores se expandiu pelas escolas paranaenses que foram fundadas no período de 1946 a 1961, nos municípios oriundos do desenvolvimento proporcionado pelas lavouras de café, no norte do Paraná, e pecuária no sudoeste”. (MIGUEL, 2011, p. 135).

Essa proposta de Pilotto se insere em um contexto mais amplo, pós-Segunda Guerra (1939-1945), que assistiu a uma bipolarização do mundo entre os blocos capitalista e soviético. Além dos dois blocos, cresceu a preocupação com aqueles países denominados terceiro mundo, ou subdesenvolvidos. Essa preocupação vem seguida de programas internacionais traçados, principalmente para a América Latina, dirigidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). No ano de 1948 aconteceu o “Seminário de Educação para a América Latina”, na cidade de Caracas, Venezuela. Nesse seminário, foram propostas medidas para o ensino primário e a proposta de formar os professores em exercício sem habilitação. (MIGUEL, 2008b).

No que se refere à expansão ao interior, isso impactou notadamente no aumento na criação dos Cursos Normais Regionais no Norte Pioneiro nos anos de 1950. Enquanto foi mapeada a criação de apenas uma Escola Normal nas décadas de 1930 e 1940¹², na década de 1950 foram criados 10 Cursos Normais Regionais, e nos anos de 1960 apenas 01. Também foram criadas no mesmo período Escolas Normais Ginásiais e Colegiais, que acompanham a expansão dos Ginásios a partir da garantia legal da gratuidade do Ensino Secundário e Normal no Paraná. (PARANÁ, 1949). Isso visava aumentar o número de Ginásios Estaduais em contraposição ao alto índice de Ginásios Municipais e Particulares, o que teria promovido a mercantilização desse tipo de ensino no Paraná. (PILOTTO, 1954). Assim, na região, foram criadas nos anos de 1960, além de um Curso Normal Regional, 7 Escolas Normais Colegiais e 05 Escolas Normais Ginásiais.

Nesse contexto de reformas da Escola Normal e expansão para o interior o movimento ruralista foi uma importante tendência que impactou de modo particular o ensino normal. (TANURI, 2000). A criação de Escolas Normais rurais, ou regionais, visava preparar professores para a atuação no meio rural, mas ia além da localização. Significava a inclusão no seu currículo de agronomia e higiene rural a fim de preparar e fixar o homem do campo. O ideário da Escola Nova se expandiu “[...] nas escolas que abriram no estado acompanhando a ocupação populacional de seu território (1946-1961), impulsionadas ainda por Pilotto”. (MIGUEL, 2011, p. 128).

Esse movimento de organização da educação escolar ligado a um ideal modernizador e de desenvolvimento se fortaleceu nas décadas seguintes. Após amplos debates iniciados desde os anos 1920, conforme assinalamos, os educadores apontavam para a necessidade de organização nacional da educação. Essa preocupação perpassou gerações de renovadores da educação, que já em seu manifesto de 1932 assinalavam a necessidade de organização de amplo e único plano para a reconstrução da educação no país. (MANIFESTO, 2006). A partir do processo de redemocratização do país após 15



anos da Era Vargas (1930-1945), o movimento pela modernização do país atinge um de seus pontos mais significativos. (CUNHA, 2011).

Apesar de amplamente discutida desde a década de 1940, o resultado de uma legislação que lançasse as bases de uma educação nacional, no entanto, apenas se concretizou em 1961, com a Lei Federal nº 4024¹³. No que se refere ao ensino normal ela manteve a estrutura dual da lei anterior: a formação de professores primários continuava dividida em dois níveis de ensino. Ampliava-se, contudo, para um curso ginásial e um curso colegial, bem como a formação em Institutos de Educação que, além de oferecer a formação de professores primários também ofertaria a especialização e formação de quadros administrativos da educação. Uma mudança significativa é a de que os professores primários formados pelos cursos colegiais e institutos de educação poderiam depois frequentar os cursos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. (BRASIL, 1961). Esse modelo perdurou até a reforma de 1971, pela lei 5692 que instituiu a formação de professores como modalidade técnica denominada magistério, extinguindo as Escolas Normais em nível primário e secundário. (BRASIL, 1971)

Pouco antes da reorganização promovida pela Lei 5692/71, foi mapeada a existência de 21 Escolas Normais, todas elas colegiais, em todo o Norte Pioneiro. As informações foram resultado de uma pesquisa realizada pela Divisão do Ensino Normal da Secretaria de Estado de Educação e Cultura no ano de 1970. (CARVALHO, 1971).

CONCLUSÃO

O mapeamento realizado apontou para a existência de Cursos e Escolas Normais em 30 dos 46 municípios pertencentes atualmente à mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense entre os anos de 1926 a 1971. Dentre as modalidades foram encontradas Cursos ou Escolas Normais com a denominação de: Complementar; Escola de Professores; Regional; Secundária; Ginásial e Colegial.

A partir dos dados levantados, pode-se perceber a predominância da criação dessas escolas nas décadas de 1950 e 1960, momento de expansão da Escola Normal no Brasil, de modo amplo, e no Paraná, de modo específico, motivada pelo ideal renovador e pelo movimento ruralista, com a criação majoritária de Cursos Normais Regionais. A criação dessas escolas acompanhou a (re) ocupação da região, a criação de núcleos populacionais cada vez mais ao norte do estado, a partir do loteamento dirigido pela Companhia de Terras e Norte do Paraná e da expansão cafeeira¹⁴.

Isso significa, em números, que, após a instalação do Curso Normal Complementar em caráter emergencial no ano de 1926, no final da década de 1930 havia apenas uma Escola Normal em funcionamento na região, na cidade de Jacarezinho. Na década seguinte não encontramos registro de criação de curso ou Escola Normal na documentação consultada¹⁵.



Já nos anos de 1950 e 1960, considerados por Miguel (2011) como momento de expansão do ideário da Escola Nova no Paraná, e destacado por Tanuri (2000) como momento de consolidação da Escola Normal como modelo na formação de professores, mapeamos a criação de 30 Cursos e Escolas Normais, tanto Regionais quanto Secundárias, do Norte Pioneiro. Dentre essas, 11 são Cursos ou Escolas Normais Regionais, a partir do ideário das reformas capitaneadas por Erasmo Pilotto que impulsionaram a criação de Escolas Normais no interior do Paraná¹⁶.

Pouco antes da reorganização a partir da reforma 5692/71, foi registrada a existência de 21 Escolas Normais Colegiais em todo Norte Pioneiro, dentre as quais, duas particulares nas cidades de Jacarezinho e Santo Antonio da Platina, dirigidas por ordens religiosas católicas.

Esse movimento de ampliação demonstra a preocupação do Estado a partir de um movimento de atração de migrantes e imigrantes para a região, e do professor como peça fundamental no binômio ordem e progresso, tanto na tarefa de fortalecimento do patriotismo e do nacionalismo quanto de *paranizar* o Norte do Paraná¹⁷.

Mapear a criação de Cursos e Escolas Normais no Norte Pioneiro constitui em um passo inicial importante na tarefa de um projeto maior que deve ser a reconstituição histórica de cada uma dessas instituições escolares, tarefa que deve ser coletiva. O resultado principal da pesquisa foi a elaboração de um “Guia de Fontes para a História da Educação no Norte Pioneiro Paranaense: Cursos e Escolas Normais (1926-1971)”, que, além do inventário, apresenta fontes documentais e bibliográficas que podem subsidiar estudos sistematizados sobre a formação de professores na região.

A partir da história local e regional é possível compreender as especificidades da organização da educação escolar no estado do Paraná, a partir da premissa de que local e nacional não são excludentes, e que pesquisas desse tipo tampouco são domínios exclusivos de determinada corrente historiográfica. Reconhece-se, em contrapartida, as inúmeras abordagens possíveis, mas se posiciona no sentido de que a análise dessas instituições deve ser precedida a partir da compreensão de que os projetos de educação são antes projetos de sociedade, em sua relação com a totalidade.

A expansão de cursos e Escolas Normais no Norte Pioneiro Paranaense nas décadas de 1950 e 1960 se insere em um movimento mais amplo de expansão e consolidação das Escolas Normais no país como modelo de formação profissional e com características pautadas na ideia da pedagogia como ciência, sobretudo a partir do amplo projeto de reformas movidos pelo ideário renovador em todo o território nacional.

Devemos compreender essas reformas a partir da relação entre Estado e Educação. Nesse sentido, tanto as reformas de Cesar Prieto Martines, quanto as de Lysimaco Ferreira da Costa e Erasmo Pilotto se inserem em um projeto do Estado de sistematização e ampliação da escola primária no Paraná, entendidas como caminho para o progresso e para a consolidação da democracia. Isso incluía a ideia do professor como responsável pelo processo de educador no meio no qual fosse atuar, como uma extensão do próprio Estado.



Essa expansão aconteceu em sintonia com o contexto nacional-desenvolvimentista e as propostas de modernização a partir de propostas nacionais e acordos assinados internacionalmente, como é o caso da implementação do Programa de Assistência Brasileiro Americana ao ensino Elementar (PABAE) do MEC-USAID (1957 a 1965), que tinha a princípio o objetivo prioritário de instruir professores das Escolas Normais no que se refere aos métodos de ensino e com base na Psicologia. (TANURI, 2000).

O modelo da Escola Normal atravessou os anos de 1950 e 1960, mesmo com propostas de reformas, marcado pelo modelo dual de formação, formando regentes e professores primários, com planos de carreira e remuneração distintas. Podemos identificar a partir do inventário a ampliação da criação desses dois níveis de Escola Normal ao longo da década de 1960 na região.

Muitas são as possibilidades de desdobramento a partir deste mapeamento inicial. No que se refere de modo específico ao amplo movimento das ideias da Escola Nova e no contexto de criação de um modelo para essas escolas a partir de reformas na educação, podemos indagar: teria esse modelo de Escola Normal dos renovadores, ainda que implantados oficialmente na Escola Normal da capital federal e em Curitiba, reorganizado os cursos e Escolas Normais no interior do Paraná? O fato de criar essas escolas significou a contratação de professores qualificados na área pedagógica? Por quanto tempo funcionaram esses cursos e escolas? Em quais prédios e em quais condições? Quais as taxas de matrícula e frequência? Como funcionavam as Escolas de Aplicação, grupos escolares e ginásios anexos às Escolas Normais no interior do estado, mais especificamente, nas Escolas Normais no Norte Pioneiro?

A partir da tese de Miguel (2011) da função da Escola Normal como educadora do povo no contexto paranaense, pode-se levantar a hipótese de que a ida ao interior a partir das reformas de Pilotto foi fator importante na formação de uma memória cívica, de obediência ao Estado e, no que se refere o Norte Pioneiro, como parte do processo de construção de uma memória regional a partir de apenas um grupo social, os pioneiros. Analisar esse processo de construção da memória do pioneiro a partir da Escola Normal na região se apresenta como importante possibilidade futura de pesquisa a partir das fontes inventariadas, principalmente a partir da reconstrução histórica de cada uma dessas instituições, da consulta no acervo de seus arquivos, na constituição de fontes orais, no sentido de ampliar os sujeitos dessa história. A partir dos acervos das escolas podem ser investigadas: a origem geográfica de seus alunos, a fim de compreender o movimento migratório; a relação entre Religião e Educação no Paraná a partir de escolas subvencionadas, tanto de ensino primário quanto de ensino Normal na região¹⁸.

A partir do mapeamento das fontes muitas são as possibilidades de pesquisa na região. Porém, na mesma proporção são grandes os desafios apresentados por esse tipo de investigação. Apesar de não ser uma tarefa fácil e, tampouco para pesquisadores de modo isolado, esses mapeamentos precisam ser iniciados, pois, sem as fontes não há a possibilidade da reconstrução histórica dessas instituições educativas.



Considerando a dinamicidade das escolas em sua relação com a sociedade, a reconstrução histórica das instituições se apresenta como importante possibilidade de avançar na sistematização e compreensão da própria história da região, a fim de escrever outras histórias e construir outras memórias, na qual todos os sujeitos sejam contemplados.

REFERÊNCIAS

- AIMONE, T. **Meu ginásio Rui Barbosa de Jacarezinho**. Jacarezinho: [s.n.], 1991.
- BRASIL. Ata da Instalação da Escola de Professores anexa ao Ginásio Rui Barbosa. **Arquivo do Colégio Estadual Rui Barbosa**. Jacarezinho. Caixa F4C56, 1943.
- BRASIL. Ata Inauguração do Ginásio de Jacarezinho. 1938. **Arquivo do Colégio Estadual Rui Barbosa**. Jacarezinho. Caixa F6C124, 1938b.
- BRASIL. Código do Ensino do Estado do Paraná. 1917. Curitiba. Typ. D'<A Republica>. **Arquivo Público do Paraná**.
- BRASIL. Decreto-Lei Nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal.
- BRASIL. Decreto lei nº 432. Dispõe sobre as Escolas de Professores. 1947. Curitiba. **Arquivo Público do Paraná**. v. 1, Leis 418-505.
- BRASIL. Departamento de Instrução Pública. Resumo Estatístico no Decênio 1920 a 1929. 1930. Curitiba. **Arquivo Público do Paraná**.
- BRASIL. Lei 312 de 03 de Dezembro de 1949. Torna gratuito o ensino secundário e normal. **Arquivo Público do Paraná**. Leis 294 a 317. 1949. v. 2, livro 6.
- BRASIL. Lei 2241 de 22 de Setembro de 1954. Autoriza o poder executivo a abrir crédito especial de C\$ 300.000,00 para a construção do Colégio Imaculada Conceição de Jacarézinho. Leis 2211 a 2323. 1954. Livro 21.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.
- BRASIL. Mensagem de Governo. 1936. Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado, ao instalar-se a 1ª. Legislatura da Segunda República, em 01 de Setembro de 1936. Curitiba. **Arquivo Público do Paraná**.



BRASIL. Mensagem de Governo. 1937. Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado, ao instalar-se a 3ª. seção ordinária da 1ª Legislatura, em 01 de Setembro de 1937. Curitiba. **Arquivo Público do Paraná.**

BRASIL. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª. Sessão da 18ª. Legislatura, em 01 de fevereiro de 1926. **Arquivo Público do Paraná.**

BRASIL. Regulamento das Escolas de Professores do Estado do Paraná. Decreto 6597 de 16 de Março de 1938. 1938a. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/paran%E1%20decreto%20n.%B0%206597%201938.htm>. Acesso em: 03 fev. 2017.

BRASIL. Relatório apresentado ao Exº Sr. Secretário de Estado pelo prof. Cesar Prieto Martinez Inspetor Geral de Ensino. 1920. Curitiba. **Arquivo Público do Paraná.**

BRASIL. Relatório de Governo. Caetano Munhoz da Rocha. 1924-1928. Curitiba. **Arquivo Público do Paraná.**

CARVALHO, H. M. de et. al. **O ensino normal no Paraná e os recursos humanos para o desenvolvimento.** Curitiba: FUNDEPAR, 1971, p. 82-83.

CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a República.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, M. M. C. A Reforma Sampaio Dória, política e pedagogia: problematizando uma tradição interpretativa. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAÚJO, J. C. S. (Org.). **Reformas educacionais: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946).** Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011a, p. 5-30. (Coleção memória da educação).

CARVALHO, M. M. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 Anos de educação no Brasil.** 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011b, p. 225-252.

CASTANHO, S. **Teoria da história e história da educação: por uma história cultural não-culturalista.** Campinas: Autores Associados, 2010. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

COSTA, L. F. da. Bases educativas para a organização da nova escola normal secundária do Paraná. In: COSTA, M. J. F. da. (Org.). **A dimensão de um homem: Lysimaco Ferreira da Costa.** Curitiba: Imprensa da UFPR, 1995. 1. reimpressão.

CUNHA, M. V. da. A escola contra a família. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 Anos de educação no Brasil.** 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011a, p. 447-468.



ETAPAS DA construção do prédio. Montagem com 4 fotos. Disponível em: <<http://histednopr.blogspot.com.br/2014/08/fotos-do-ginasio-rui-barbosa-na-decada.html>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci:** escritos escolhidos 1916-1935. Organização de COUTINHO C. N. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HOBBSAWM, E. **Sobre história:** ensaios. Tradução de Cid Kanpel Moreira. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MACHADO, M. C. G.; CURY, C. R. J. A educação nos anais da constituinte republicana do estado do Paraná – 1892. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, p. 227-243, jul./set. 2013.

MANIFESTO dos pioneiros da educação nova (1932). **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, n. especial, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

MENDONÇA, S. R. de. Da República Velha ao Estado Novo. Parte B: Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 316-326.

MIGUEL, M. E. B. A Escola Normal no Paraná: instituição formadora de professores e educadora do povo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008a, Aracaju. **Anais...** Aracaju, 2008a. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/9.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

MIGUEL, M. M. C. A escola normal no Paraná: instituição formadora de professores e educadora do povo. In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de; LOPES, A. de. P. C. (Org.). **As escolas normais no Brasil:** do Império à República. Campinas, SP: Alínea, 2008b, p. 145-162.

MIGUEL M. M. C. As manifestações da Escola Nova no Paraná: política estadual de formação de professores. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: INVENÇÃO, TRADIÇÃO E ESCRITAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 6., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória, 2011. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_874.htm>. Acesso em 10 fev. 2017.

MONTEIRO, H. de M. Da República Velha ao Estado Novo. Parte A: O aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal. In: LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 302-315.

MORENO, J. C. **Inventando a escola, inventando a nação:** discursos e práticas em torno da escolarização paranaense (1920-1928). 2003. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.



MOTA, L. T. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 – 1924). Maringá: EDUEM, 2009.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

OLIVEIRA, M. C. M. de. Organização Escolar no início do século XX: o caso do Paraná. **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 143-155, 2001.

PARANÁ. Biografia de Manoel Ribas. Casa Civil. s.d. Disponível em: <<http://www.casa.civil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=50>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

PARANÁ. Lei 2366 de 24 de Fevereiro de 1955. Autoriza o Poder Executivo a abrir para a Secretaria de Educação e Cultura, o crédito especial de C\$ 860.000,00, destinado à conclusão da construção do Colégio Imaculada Conceição de Jacarézinho. 1955. Leis 2324 a 2406. Livro 22.

PILOTTO, E. **A educação no Paraná**: síntese sobre o ensino público elementar e médio. Distrito Federal: MEC/INEP, 1954.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. O local e o nacional na historiografia da educação brasileira. In: ROSÁRIO, M. J. A. do.; MELO, C. N. de.; LOMBARDI, J. C. (Org.). **O nacional e o local na história da educação**. Campinas: Alínea, 2012, p. 13-30.

SAVIANI, D. **Política e Educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SOLANA, F.; REYES, R. C.; MARTÍNEZ, R. B. **Historia de la Educación Pública em México**. (1876-1976). 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2001. (Col. Educación y Pedagogía).

SOUZA, R. F. de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, D. et al. (Org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 109-161.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

TOMAZI, N. D. **Norte do Paraná**: histórias e fantasmagorias. 1997. 338 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

VIDAL, D. G. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 497-517.



VIEIRA, C. E. O Movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e idéias educativas de Erasmo Pilotto. **Educar**, Curitiba. n. 18, p. 53-73, 2001.

WACHOWICZ, L. A. **Relação professor-estado no Paraná tradicional**. Campinas, SP: Autores Associados; Cortez, 1984.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 2001.

WACHOWICZ, R. C. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

Notas

¹ Este texto é resultado de uma pesquisa desenvolvida durante doze meses no Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado (PPPD), na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, intitulada “Inventário das Escolas Normais no Norte Pioneiro Paranaense. (1938-1971).” A pesquisa objetivou realizar um mapeamento da existência de Cursos e Escolas Normais na região Norte Pioneiro Paranaense e seu resultado foi um Guia de Fontes, disponível para consulta no endereço: http://histednopr.blogspot.com.br/2017/03/guia-de-fontes-para-historia-da_3.html.

² Doutora em Educação. Professora Adjunta do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), *campus* Jacarezinho. Endereço eletrônico: vanessaruckstadter@uenp.edu.br.

³ Esses dados merecem maior atenção, principalmente os históricos apresentados nos PPPs quando do aprofundamento e estudo de cada uma dessas instituições. Algumas informações podem não estar disponíveis nos PPPs. Ainda que com essas limitações, a tarefa de mapear os Cursos e Escolas Normais constituiu um passo inicial importante na tarefa de um projeto maior que deve ser a reconstrução histórica de cada uma dessas instituições escolares no Norte Pioneiro, tarefa que deve ser coletiva.

⁴ Neste texto será utilizado o termo (re) ocupação em contraposição a uma construção da ideia do vazio demográfico, de que as terras mais ao norte do estado do Paraná estariam vazias. Considera, portanto, que as terras já estavam ocupadas por nativos bem como pequenos proprietários, e que foram expulsos e dizimados no processo de (re) ocupação dirigido pelo estado e por particulares desde fins do século XIX. (TOMAZI, 1997; MOTA, 2009).

⁵ No Paraná o debate entre clericais e anticlericais na organização do ensino marcou o ambiente cultural curitibano nas primeiras décadas do século XX. O principal marco foi a realização em 1927 na cidade da Primeira Conferência Nacional de Educação organizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE) em parceria com o estado do Paraná, com maior presença de representantes do grupo católico, dentre eles, o então Inspetor Geral da Instrução Pública, Lysimaco Ferreira da Costa. (VIEIRA, 2001). Assim, há a forte presença no início do movimento renovador no Paraná do grupo católico, que tinha igualmente forte relação com o governo do estado, sobretudo com Caetano Munhoz da Rocha. (MORENO, 2003).

⁶ Sobre as reformas da instrução pública ver o trabalho de Carvalho. (2011a.; 2011b).

⁷ Lourenço Filho que implantou a reforma no Ceará também atuou na Escola Normal de Pirassununga. (MIGUEL, 2011).

⁸ A ortografia dos textos documentais foi atualizada para facilitar sua leitura.

⁹ Manoel Ribas foi interventor e governador do estado do Paraná durante 13 anos no período conhecido como Era Vargas (1930-1945). Foi representante da oligarquia regional do Paraná Tradicional e priorizou a construção de edifícios públicos, entre eles escolas, por todo o interior do estado. (PARANÁ, s.d.).

¹⁰ A obra foi finalizada no final de 1937. É um prédio grande e que se impõe em uma das principais avenidas da cidade. Atualmente no prédio funciona o Colégio Estadual Rui Barbosa. Fonte: <http://histednopr.blogspot.com.br/2014/08/fotos-do-ginasio-rui-barbosa-na-decada.html>

¹¹ Após a Revolução no México em 1927 foi criada uma política educacional baseada na criação de Escolas Rurais, em uma perspectiva de autonomia de gestão e de formação para a coletividade: “La Escuela Rural no considera a la comunidade del modo tradicional, ni toma al individuo separadamente como sujeto activo de la educación, sino que concibe a aquélla socialmente em su conjunto, como impulsora de su propio desarrollo y,



por tanto, como la unidad completa a que la escuela se integra”. (SOLANA; REYES; MARTÍNEZ, 2001, p. 203). Apesar da inspiração da Escola Nova a esse modelo da revolução, sua doutrina social no Brasil esteve atrelada a um projeto do Estado republicano liberal, que difere em seu objetivo da doutrina social sob a qual se embasou o projeto de escolas rurais no México. As Escolas Normais Rurais no contexto mexicano pretendiam formar o professor para a emancipação crítica, não apenas para sua inserção e fixação no meio, tal como o projeto desse tipo de escola foi concretizado no estado do Paraná.

¹² Além da Escola Normal Complementar em caráter emergencial criada em 1926. (PARANÁ, 1926).

¹³ A elaboração da lei e sua tramitação atravessaram mais de três décadas de debates. Foi palco de intensas disputas sobre a laicização do ensino e da destinação de dinheiro público para escolas privadas, escolas subvencionadas. Para Saviani (1996), sua aprovação representou a conciliação desses interesses e concepções divergentes em disputa. Ao prevalecer a estratégia da conciliação, contudo, predominou uma “democracia restrita”, ou seja, uma democracia restrita às elites, apesar de acenar para uma democracia plena em virtude de todo movimento pela redemocratização após a ditadura do Estado Novo (1937-1945). (SAVIANI, 1996).

¹⁴ Sobre a atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná ver Wachowicz. (1987).

¹⁵ Algumas hipóteses: 1 – há uma lacuna entre os anos de 1941 a 1947 nas mensagens e relatórios de governo disponíveis para consulta no Arquivo do Estado do Paraná, que poderiam servir para cruzamento de fontes com a legislação. Não foi encontrada nem no conjunto de leis do período (consultados todos os livros disponíveis no Arquivo Público do Paraná) tampouco nos PPPs; 2 – O projeto do estado se voltava para obras de infraestrutura e saúde pública, bem como para a (re) ocupação mais ao norte, na região de Londrina e Maringá, bem como no Oeste.

¹⁶ Pelo mapeamento, pelo menos mais duas escolas provavelmente foram criadas na década de 1950. Todavia, não foi possível confirmar com certeza a afirmação devido à imprecisão dos dados constantes nos históricos dos PPPs consultados das escolas das duas cidades, e foram deixadas momentaneamente sem serem computadas nos dados apresentados. Tratam-se da Escola Normal Secundária da cidade de Wenceslau Braz e da Escola Normal e Colegial de Siqueira Campos, onde também foram criados Cursos Normais Regionais nos anos de 1950. (PARANÁ, 1955).

¹⁷ Sobre o debate em torno da necessidade de paranzar o Norte em decorrência de sua proximidade com o estado vizinho paulista, houve por parte do governo Estadual a atenção em ligar os núcleos de povoamento mais ao norte do estado à capital e ao porto de Paranaguá, uma vez que a produção de café, sobretudo a partir da década de 1920 na região, era escoada via Porto de Santos pelos ramais ferroviários que chegavam ao Norte Pioneiro. (WACHOWICZ, 1987; WACHOWICZ, 2001).

¹⁸ No mapeamento foi encontrado o registro de duas Escolas Normais particulares no Norte Pioneiro, ambas dirigidas por ordens católicas: Escola Normal Colegial Particular “Sagrada Família” na cidade de Santo Antonio da Platina e a Escola Normal Secundária Imaculada Conceição em Jacarezinho. (CARVALHO, 1971). Não encontramos a data de criação ou o período de ofertado curso normal nos estabelecimentos de ensino. A partir da legislação consultada no Arquivo Público do Paraná, foram localizadas duas leis que indicam que o Colégio Imaculada Conceição foi uma escola subvencionada pelo estado, na medida em que foram abertos créditos pelo Poder Executivo para a Secretaria de Educação e Cultura para a construção e conclusão do prédio. (PARANÁ, 1954; PARANÁ, 1955). Atualmente, o prédio do Colégio Imaculada Conceição é alugado pelo estado, que fornece professores, mas ainda é dirigido por uma ordem religiosa feminina. A diretora deve ser uma freira da ordem, mas concursada pelo estado do Paraná.

Submetido em: 07/05/2017

Aprovado em: 30/06/2017